



CARREGAL DO SAL

**ATA NÚMERO VINTE E TRÊS (2017-2021) DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 18 DE
DEZEMBRO DO ANO DE 2020.** _____

_____ Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas catorze horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira.

_____ VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. —

_____ Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, após cumprimentos, declarou aberta a sessão, eram precisamente catorze horas e quinze minutos. _____ ~

_____ Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo Silva, António Marques da Costa Pinto e Adelino Morgado Carneiro, tendo sido substituídos, nesta sessão, por Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Figueiredo Castanheira, Miguel Borges Mamede, Cilene Gomes Lindinho, António José Rodrigues dos Santos e Ilda da Assunção Rodrigues Martinho Cordeiro, respetivamente. Foi verificada, ainda, a ausência do membro Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz. _____

_____ A Assembleia Municipal estava constituída por dezanove membros: Carlos Jorge



Morgado Gomes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Figueiredo Castanheira, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Miguel Borges Mamede, Cilene Gomes Lindinho, Manuel António Tavares Santos, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, José Manuel Lopes Flório, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António José Rodrigues dos Santos, António Sousa Borges e Ilda da Assunção Rodrigues Martinho Cordeiro. ———

—————**REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.**—————

—————Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Rogério Mota Abrantes, do Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores Ana Cristina Silva Sousa Borges, António Óscar de Almeida e Paiva e Toni Serge Costa Ribeiro

—————**INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.**—————

—————O Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sua intervenção para dar informação pormenorizada sobre as precauções, que à semelhança da prática seguida em sessões anteriores, iriam ser tomadas, devido às contingências da pandemia da doença COVID-19, nomeadamente na disposição do plenário e aquando do uso da palavra, em que irá proceder-se à desinfeção do púlpito e do microfone, encontrando-se uma trabalhadora especialmente afeta a essa tarefa. Quanto à disponibilização de água, a mesma continuaria a ser feita com o recurso a uma máquina existente na ala do piso em frente ao Salão Nobre. —————

—————Prosseguiu a sua intervenção, dando conhecimento de que as únicas presenças institucionais em que tinha participado tinham sido no décimo aniversário da Fundação da Lapa do Lobo e, no dia anterior, na cerimónia de assinatura do Protocolo de Gestão ocorrida na Casa do Passal, em Cabanas de Viriato. —————

—————Concluiu a sua intervenção referindo que, de acordo com o expediente



rececionado, tinha sido elaborada a ordem do dia, a seguir transcrita, cuja documentação de apoio foi disponibilizada nos termos acordados: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

_____ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ 2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____ APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ 3. **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** _____

_____ 3.1. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO** _____

_____ GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) E PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2021. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ 3.2. **MAPA DE PESSOAL** _____

_____ MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2021. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ 3.3. **DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL** _____

_____ MANUTENÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 2 E 3 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL E DO PARECER DAS FREGUESIAS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ 3.4. **ACORDOS DE EXECUÇÃO** _____

_____ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS. MANUTENÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO COM A ATUALIZAÇÃO DOS MONTANTES A TRANSFERIR. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ 3.5. **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS** _____

————FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO CIMI. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————**3.6. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS**—————

—————PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. DEFINIÇÃO DA PERCENTAGEM A QUE ALUDE O ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ———

—————**3.7. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**—————

—————FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), NOS TERMOS DA LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ———

—————**3.8. ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO**—————

—————EMPREITADAS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————**3.9. ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIAS DE TRIBUTOS PRÓPRIOS**—————

—————ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————**3.10. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA**—————

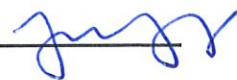
—————PRORROGAÇÃO DOS INCENTIVOS MUNICIPAIS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ———

—————**4. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES**—————

—————ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————**5. INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – IP PATRIMÓNIO**—————

—————VARIANTE NORTE CARREGAL DO SAL. MINUTA DE CONTRATO DE



SUBCONCESSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS** _____

_____ RELATÓRIO SEMESTRAL PRESTADO PELO AUDITOR EXTERNO, RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, SOBRE A RESPECTIVA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA. APRECIÇÃO. _____

_____ **7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

_____ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

_____ **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão extraordinária realizada no dia um de setembro de dois mil e vinte, se encontrava em condições de ser votada e aprovada. _____

_____ Colocada em votação, a ata da sessão extraordinária realizada no dia um de setembro de dois mil e vinte, foi aprovada por maioria, com quatro abstenções dos membros Diego Enrique Rodrigues Garcia, Ilda da Assunção Rodrigues Martinho Cordeiro, António José Rodrigues dos Santos e Ana Isabel Abrantes Ribeiro e quinze votos a favor dos restantes membros desta Assembleia Municipal. _____

_____ **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o

projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte, se encontrava em condições de ser votada e aprovada. _____

_____ Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte foi aprovada por maioria, com três abstenções dos membros Ilda da Assunção Rodrigues Martinho Cordeiro, António José Rodrigues dos Santos e Ana Isabel Abrantes Ribeiro e dezasseis votos a favor dos restantes membros desta Assembleia Municipal. _____

_____ **CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, informando que a correspondência recebida e expedida se encontrava arquivada em pastas próprias, e poderia ser consultada, sempre que os membros da Assembleia Municipal o desejassem. _____

_____ Da correspondência recebida tinha sido rececionado da Câmara Municipal um pedido de aditamento à ordem do dia, pedido esse que se mostra exequível nos termos do disposto na parte final do número um do artigo quinquagésimo, anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ O Presidente da Assembleia perguntou se todos estavam de acordo relativamente ao aditamento, tendo sido aprovado por unanimidade. _____

_____ O ponto ora aditado será associado ao ponto da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, desdobrando-se o ponto quatro nos números quatro ponto um e quatro ponto dois, com a seguinte nomenclatura: _____

_____ **4. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES** _____

_____ **4.1. ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE**



COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____4.2. PROPOSTA DE CRITÉRIO DE RATEIO DA DÍVIDA ORÇAMENTAL DA CIM VISEU DÃO LAFÕES, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 54.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____Manter-se-ia inalterável a parte restante da numeração dos pontos da ordem do dia. _____

_____ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** _____

_____De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este espaço, especialmente destinado à intervenção dos membros, aceitando inscrições: _____

_____ *Manuel António Tavares Santos* – Apresentou cumprimentos. Aproveitou para, em nome da bancada do Partido Social Democrata, desejar a todos os membros, respetivas famílias e munícipes um Feliz Natal dentro das limitações existentes e esperar que o ano de dois mil e vinte e um seja diferente do que agora estava a terminar. Expressou, assim, votos de Feliz Natal e de um bom Ano de dois mil e vinte e um para todos. De seguida, expressou um voto de congratulação e de felicidades para a carregalense Mariana Rebelo, que tem levado bem longe o nome do concelho de Carregal do Sal, desejando que ela consiga o patamar máximo no programa de televisão onde se encontra. Prosseguiu a sua intervenção, para se dirigir ao Presidente da Mesa e o questionar relativamente às sucessivas adendas à ordem do dia que têm sido requeridas pela Câmara Municipal, o que já tinha feito na última sessão, não concordando com a metodologia adotada, por receber documentos em cima da hora da realização da sessão, sendo que a realização da reunião da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões tinha



acontecido no dia trinta de novembro do corrente ano. Dirigindo-se à Câmara Municipal, abordou o protocolo assinado no dia anterior, referente à gestão e musealização da Casa do Passal, que só se iniciará quando a obra estiver feita, questionando sobre o ponto de situação do início da empreitada de Requalificação e Musealização da Casa do Passal, porquanto o Presidente da Câmara tinha informado que o assunto estava dependente de uma reunião com a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para além de que a vontade do Presidente da Câmara era inaugurar a obra há já bastante tempo. Disse que teria de se pensar, também, na requalificação das anteriores obras, face ao estado degradado que apresentavam. Outro assunto tinha a ver com a Fundação José Nunes Martins, tendo o Presidente da Câmara informado, na última sessão, que iriam ou estavam a ser realizadas obras em Cabanas de Viriato para transferência dos utentes, enquanto durasse a empreitada, a verdade é que os trabalhos ainda não se tinham iniciado. De seguida, referiu que em dois mil e dezassete o País e o Concelho tinham sido percorridos pelos dantescos incêndios florestais, perguntando, em nome da bancada do Partido Social Democrata, o que estava a ser feito na reorganização florestal no nosso Concelho. Referiu que alguns caminhos florestais ainda não tinham sido feitos, parecendo-lhe existir um processo burocrático bastante denso e pagamentos pela elaboração de projetos que não beneficiam quem pretende implementar os seus projetos. Questionou, ainda, sobre a forma como estavam a decorrer as obras dos orçamentos participativos, nomeadamente em Cabanas de Viriato e em Carregal do Sal (Papízios). Concluiu, referindo-se que, apesar do espírito natalício ser importante na época que se vive, a bancada do Partido Social Democrata não é contra esse espírito de Natal, mas devido às restrições existentes com repercussões no comércio local, as fragilidades existentes nalgumas famílias e em idosos, devido à pandemia da doença COVID-19, entendia que a iluminação de Natal



deveria ser mais singela nos seus custos, mais condizente com o momento que se estava a viver, por entender que os vinte e dois mil euros, mais IVA, era um valor excessivo e poderia ser diluída noutras ações de apoio. _____


_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Apresentou cumprimentos. Na sua intervenção referiu-se ao canil municipal e ao bloqueio havido aos voluntários para fazerem e participarem nos passeios dos canídeos, que não se realizam desde março, compreendendo que, no início, tal situação era justificável devido à pandemia da COVID-19. Uma proposta do Bloco de Esquerda era no sentido de criar um Regulamento Municipal para evitar problemas destes. O segundo assunto tem a ver com a poluição do Rio Dão. Disse, por anteriormente ter sido criticado pela Câmara Municipal quanto à sua atuação, que desta vez mudou a forma de atuar e comunicou às entidades competentes, com inclusão da Câmara Municipal. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para citar o membro do Bloco de Esquerda, sobre o canil municipal, referindo-se a uma entrevista, dada recentemente ao Farol da Nossa Terra, em que o Bloco de Esquerda reclamou a construção do novo canil, discordando da forma como o canil de Pardieiros foi abordado, no que diz respeito à distância. Quanto à poluição da praia do Marcudo, recordou que o concelho tem cinco freguesias e a Ribeira de Travassos, em Beijós, tem sido recorrentemente fustigada com focos de poluição e o membro Diego Garcia nada tem dito sobre isso. Referiu-se, de novo, à entrevista dada e à reabilitação e pavimentação das vias de comunicação em todas as Freguesias, discordando da forma como o assunto foi abordado, na medida em que as Freguesias não estavam a ser instrumentalizadas pela Câmara Municipal e pelo seu Presidente. Os Presidentes das Juntas de Freguesia têm cabeça própria, pensam por si e naturalmente reivindicam obras, tendo agora chegado o

momento de realizar algumas delas. _____

_____ *José Manuel Lopes Flórido* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para afirmar que também gostava de dizer algumas palavras nesta altura do ano. Assim, deu os parabéns ao Presidente da Assembleia Municipal pelo trabalho excelente que tem feito ao longo do mandato e ao Presidente da Câmara e à Câmara Municipal pelo excelente trabalho; referiu que no orçamento para o ano de dois mil e vinte e um tem muitas obras para fazer. O problema da poluição do Rio Dão não pode ser assacado à Câmara Municipal, referindo que antigamente havia guarda rios e tem de haver respeito pelas pessoas que estão à frente das instituições, como é o caso da Câmara Municipal, pois nada tem a ver com a poluição do Rio Dão. Terminou, desejando um Feliz Natal e um Bom Ano para todos, nomeadamente no tempo que se vive de pandemia da doença COVID-19.

_____ *Miguel Borges Mamede* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para agradecer à Câmara Municipal a resolução dos problemas que teve oportunidade de apresentar, nomeadamente os que envolveram as crianças das escolas, no que diz respeito às refeições escolares, informando que tudo estava a correr bem. Apresentou um agradecimento à Vereadora Ana Borges, que está sempre disponível quando é necessário para resolver os problemas. Um deles tem a ver com a limpeza de ruas e a recolha de resíduos, sendo necessário que as pessoas cumpram as suas obrigações. O segundo tema tinha a ver com o comércio local, traduzido numa preocupação imensa. Deu os parabéns pelos vouchers atribuídos para utilizar no comércio local e apelou à autarquia para que fizesse mais para apoio ao comércio local, pedindo ações relevantes para o efeito. Referiu que a estrada que liga Carregal do Sal a Tondela é boa, mas tirou clientes ao comércio local. Com uma associação de comerciantes, que está a ser constituída, o comércio local ganhava outra força. Mudando de assunto, referiu-se à Escola e à ausência de aulas de terapia da fala, que tinha havido até novembro do corrente ano. Desde então



as crianças não têm terapia de fala. Assim, se a Câmara Municipal tinha conhecimento que o concurso ia terminar em novembro, questionou porque é que não abriram o novo concurso com mais antecedência. _____

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Honrado pela intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Beijós, focalizada no Bloco de Esquerda, deu as explicações acerca do canil de Pardieiros e da distância à sede do Concelho. Recordou, por último, que o Bloco de Esquerda esteve presente na Freguesia de Beijós, a propósito do projeto de exploração de lítio, colocando-se ao lado das populações. Concluiu, referindo que o Bloco de Esquerda tinha apresentado uma proposta de minoração do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis - com especial enfoque para a Freguesia de Beijós, face à perda acentuada de população nesta Freguesia. Além disso o Bloco de Esquerda sempre esteve nas lutas ambientais, pelo que não aceitava este tipo de crítica. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para, na sequência da intervenção do membro Diego Garcia, afirmar que, relativamente à luta sobre a não exploração do lítio, só tinha que agradecer, mas também já tinham tido luta idêntica, anteriormente, referente ao quartzo e feldspato e o Bloco de Esquerda não tinha estado presente. Agradeceu, ainda, a proposta sobre o IMI – Imposto Municipal Sobre Móveis, entendendo, no entanto, que a solução da desertificação não se resolve com a redução da taxa do IMI, existindo outras estratégias mais importantes. Concluiu referindo que, quando abordou a poluição e a situação do Marcudo, também pretendeu incluir a Ribeira de Travassos que, recorrentemente, foi alvo de atentados ambientais, existindo, na Freguesia, ribeiras com muitas capacidades para além das situadas ao longo do rio Mondego e do Rio Dão. _____

_____ Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra

à Câmara Municipal. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Apresentou cumprimentos. Ao membro Manuel António e relativamente à Requalificação da Casa do Passal afirmou que se alguém não está contente com o desenvolvimento do projeto, era ele próprio e o Executivo Camarário, o que teve oportunidade de afirmar na intervenção que tinha proferido. De tal forma essa sua intervenção teve impacto que, estando numa reunião, tinha recebido uma chamada telefónica, onde lhe foi dito que não se justificava a sua intervenção, ao que respondeu que não era razoável ter estado à espera tanto tempo por uma resposta. Referiu que ainda estão a ser pedidos documentos, estando já os serviços a diligenciar para o seu tratamento. Evidenciou que, na sua intervenção, afirmou que não voltaria a referir-se às datas de início e conclusão das obras, Assim, se lhe perguntarem, neste momento, quando vai levar a obra a concurso, a resposta terá de ser que não sabe, apesar da Câmara Municipal tudo ter feito para que o andamento fosse célere. Relativamente à fase anterior de reabilitação da Casa do Passal, informou que a obra tinha sido levada a efeito pela Direção Regional de Cultura do Centro, não tendo a Câmara Municipal sido ouvida nem achada e esse é um assunto que a atual Diretora Regional está a tratar. Quanto à Fundação José Nunes Martins informou que estava tudo previsto para fazer a transição dos utentes no mês de novembro, mas, entretanto, teve que se esperar por uma inspeção da Segurança Social, da Autoridade Nacional de Proteção Civil e de outros organismos. A Fundação José Nunes Martins já está na posse desses pareceres, os pequenos trabalhos que eram necessários já se encontram a ser executados e, a curto prazo, vai ser possível fazer a transição dos utentes e arrancar com a obra. Na reorganização florestal, a Câmara Municipal pouco poderá fazer, pois quem tem a direção das políticas florestais é o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Espera um dia, no âmbito da transferência de competências, poder vir a Câmara Municipal



a mandar no seu território. Disse que a resposta às obras do Orçamento Participativo ficaria para o Vice-Presidente da Câmara. Quanto aos gastos de vinte e dois mil euros, mais IVA, referentes às Iluminações de Natal, afirmou que não estava arrependido, no que foi corroborado pelo restante Executivo Camarário e referiu que seria muito mau se nada tivesse sido feito nesta altura de pandemia da doença COVID-19. Há sete anos atrás, a iluminação de Natal era mais pequena e a mesma tem vindo a ser ampliada à medida que têm surgido pedidos, o que também aconteceu no corrente ano e neste tipo de decisões há quem concorde e há quem não concorde. Relativamente aos apoios ao comércio local, respondendo aos membros Manuel António e Miguel Mamede, afirmou que os municípios têm de ter o máximo de cuidado nas decisões tomadas ou a tomar, no âmbito do respetivo quadro legal. Deu a conhecer uma proposta rececionada que era no sentido de fazer a distribuição do que tinha sido gasto na Feira da Pinha e do Pinhão e das Festas do Concelho pelos munícipes, o que não era legalmente exequível. Evidenciou que a Câmara Municipal assumiu encargos significativos na aquisição de material COVID-19. Concluiu, referindo que muitas vezes se a Câmara Municipal não apoia mais é porque legalmente não pode. Ao membro Diego Garcia respondeu que a Câmara Municipal não tinha proibido o passeio de canídeos por parte dos voluntários, pelo que quando entenderem poderão fazer esses passeios, desde que o Médico Veterinário assim o entenda. Referiu-se, também, à entrevista dada no Farol da Nossa Terra e Defesa da Beira pelo membro Diego Garcia, questionando-o o que é que ele tinha feito para que o novo canil estivesse pronto, não concordando com o que tinha dito. Informou os montantes envolvidos na construção do novo canil, com um custo a rondar os trezentos mil euros, tendo sido comparticipado em apenas cinquenta mil euros e a Câmara Municipal suportou duzentos e cinquenta mil euros. Quanto ao problema da poluição, o membro

Diego Garcia colocou primeiro no facebook, depois no jornal de Nelas e só depois é que enviou/avisou a Câmara Municipal. Informou que estava numa reunião fora do Concelho e quando se apercebeu da notícia que o membro Diego Garcia tinha colocado e de imediato pediu ao Vice-Presidente da Câmara para mandar ao local um técnico municipal. Dirigindo-se ao membro Diego Garcia, pediu que explicasse à Assembleia Municipal quais eram os informadores privilegiados que tinha para saber quando as descargas são feitas. Contudo, disse, que se tivesse feito aquilo a que se tinha comprometido, comunicando em primeira instância a situação à Câmara Municipal, provavelmente seria possível recolher algo mais do que se recolheu, na medida em que já não foi possível detetar as anomalias que o membro Diego Garcia tinha referido, o que evidenciou através de duas fotografias projetadas, que comparavam duas garrafas com água recolhida no leito do rio e água recolhida da rede. Disse ser fácil fazer queixas às entidades governamentais, mas a verdade é que depois as coimas aparecem para a Câmara Municipal pagar. Seria mais fácil o membro Diego Garcia informar a Câmara Municipal, para que esta tomasse as diligências necessárias. Ao membro Carlos Baptista afirmou que tudo tem o seu tempo e com as estradas isso também aconteceu. A título exemplificativo, informou que, para o ano, a Câmara Municipal, por aconselhamento técnico, vai examinar todas as pontes do Concelho. Disse não compreender e não aceitar o tipo de campanhas que por vezes se fazem em torno de questões que são essenciais para o desenvolvimento do Concelho. Ao membro Miguel Mamede respondeu, quanto à limpeza de ruas e recolha de caixotes de resíduos, que os utilizadores deveriam ter mais cuidado na deposição dos resíduos quer em termos de lixo normal, quer em termos de recolha seletiva. Informou que, em data próxima, irá haver uma campanha de sensibilização, estando também prevista a distribuição de sacos para a separação dos resíduos, de forma a que não sejamos penalizados nas tarifas da recolha de resíduos. Concluiu a sua intervenção, referindo que

a criação de uma associação comercial era uma belíssima ideia, estando a Câmara Municipal disponível para apoiar este propósito, mas a iniciativa tem de partir dos comerciantes.

——— *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Apresentou cumprimentos. Relativamente aos orçamentos participativos informou que as verbas referentes aos projetos dos anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte tinham sido retiradas, as mesmas foram transferidas para as Juntas de Freguesia de Cabanas de Viriato e de Carregal do Sal e os trabalhos tinham sido iniciados. Relativamente à contratação da terapeuta da fala, no âmbito do desenvolvimento do projeto do Sucesso Educativo Dão Lafões – Carregal Educa, o projeto inicial chegou ao fim no dia três de dezembro. A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões informou da possibilidade de renovar este projeto, face à disponibilidade de verbas; foi lançado o respetivo procedimento concursal (concurso público), cujas propostas foram abertas no dia da realização desta sessão e já se encontra em tramitação, prevendo-se que, numa situação de normalidade, possa estar em execução no dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, pelo prazo de dois meses.

——— *Ana Cristina Silva Sousa Borges* – A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges apresentou cumprimentos. Relativamente ao canil municipal complementou a intervenção do Presidente da Câmara, referindo que os passeios irão ser retomados, não sabendo quando tal irá acontecer, face à situação de pandemia da doença COVID-19, referindo que no canil existem cerca de cinquenta e três canídeos; existe contudo um imperativo para todos, incluindo os voluntários dos passeios: não haver ajuntamentos. Afirmou que compreendia as propostas e as preocupações do membro Diego Garcia e do Bloco de Esquerda, mas essas preocupações não contemplavam os cães vadios que deambulam pelo Concelho, e que nalguns casos atacam os rebanhos. Por outro lado, o



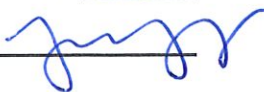
membro Diego Garcia nada refere sobre o que a Câmara Municipal tem implementado ao nível das esterilizações entre outras ações, como o passear do cão com o saco na mão. Disse que o canil atual é pequeno, mas é muito digno, situação que muitos concelhos não têm. Concluiu a sua intervenção, referindo que o Bloco de Esquerda tinha apresentado um conjunto de propostas, com as quais concordava, mas não via nenhuma referente à proteção dos idosos e das crianças, que tanto preocupa a Câmara Municipal na situação atual de pandemia. _____

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para afirmar que a Câmara Municipal estava de parabéns. Relativamente à situação de cães vadios, informou ter ficado duas noites com dois canídeos em casa, por o canil se encontrar lotado. Quando à situação dos idosos, recordou que o Bloco de Esquerda tinha estado ativo e tinha proposto a criação do Gabinete do Cuidador Informal. Quanto à poluição do rio/praias do Marcudo disse não saber a origem dos focos de poluição. Sobre as comunicações a fazer quando deteta focos de poluição, entende que é correto o modo como tem procedido. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para se referir à intervenção do membro Diego Garcia e referir que se este vê a poluição deve ligar para a Câmara Municipal, pois não são as publicações nas redes sociais e ou nos jornais que vão resolver o problema. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para, face aos documentos que tinha na sua posse, referir as posições de votação contra do Bloco de Esquerda na aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, nomeadamente dos anos de dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte, ano que incluía a realização do canil municipal. Posteriormente retificou, esclarecendo que no ano de dois mil e dezanove, o Bloco de Esquerda tinha votado a favor destes documentos. _____

_____ *Presidente da Assembleia Municipal* – O Presidente da Assembleia Municipal



usou da palavra para, sem tirar o mérito ao executivo pela construção do novo canil municipal, recordar que a Assembleia Municipal, através dos membros que votaram favoravelmente os orçamentos, ter viabilizado a construção do novo canil municipal, valorizando assim o papel deste órgão deliberativo. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que a Câmara Municipal não pretendia os louros nem as medalhas pela realização do projeto. Quanto aos aditamentos pedidos pela Câmara Municipal, entendia que as instituições devem ter regras, mas entendia também que estas não deveriam ser demasiado rígidas, de forma a que pudessem fazer parte da solução e não do problema. Agradeceu as palavras amáveis do membro José Flório. Esclareceu ainda que cerimónia de assinatura do Protocolo, realizada ontem da Casa do Passal, não foi organizada pela Câmara Municipal, razão pela qual não houve outros convites, nomeadamente aos líderes dos grupos municipais. _____

_____ Com esta intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto. _____

_____ **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____ APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que à



semelhança da prática seguida anteriormente, a Câmara Municipal iria prescindir de fazer a apresentação do ponto em análise, desde que a Assembleia Municipal concordasse e responderia às questões que viessem a ser colocadas, o que veio a ser aceite.—

— *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para pedir esclarecimentos sobre as medidas de apoio COVID-19, especificando essas medidas. —

— *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para, relativamente à distribuição das verbas pelas associações, não sendo uma crítica ao desporto, verificava que as atividades desportivas são apoiadas de modo diferente das restantes, como as culturais. Disse que a bancada do Partido Social Democrata não era contra os montantes para o desporto, conhecia os critérios de atribuição, mas apelava para que as associações vocacionadas para a realização da parte cultural possam ver aumentados os apoios. —

— *Presidente da Câmara Municipal* – Ao membro Diego Garcia respondeu que poderia verificar todas as medidas que foram publicitadas, no âmbito do projeto designado por Carregal+Solidário. Respondendo ao membro Manuel Tavares, afirmou que os montantes para as associações não são fáceis de distribuir. A Câmara Municipal beneficia, na parte desportiva, as camadas jovens e, provavelmente, este ano as respetivas verbas não serão atribuídas por falta de arranque dos treinos e das respetivas competições. Nas restantes atividades das associações, a Câmara Municipal tem estado a aumentar um pouco os subsídios.—

— *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para complementar a intervenção do Presidente da Câmara. Explicou os critérios de atribuição que mereceram a aprovação da Câmara Municipal em reunião levada a efeito, evidenciando e pormenorizando os valores atribuídos. Evidenciou que existem verbas atribuídas, no âmbito do desporto, que poderão não vir a ser atribuídas por falta de treinos e arranque da



época. Disse respeitar quando não se concorda com os critérios adotados. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. – _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ **3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** _____

_____ **3.1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO** _____

_____ GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) E PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2021. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta das Grandes Opções do Plano (GOP) e proposta do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e um. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – O Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, usou da palavra para informar que iria apresentar este ponto da ordem do dia, com o recurso a um trabalho previamente preparado. Disse que o Executivo Camarário tinha ponderado fazer a apresentação ou não, na medida em que de antemão sabia qual era a posição que os partidos políticos vão ter, antevendo o resultado da votação. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. _____

_____ *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para começar por agradecer ao Presidente da Assembleia Municipal os parabéns enviados por a bancada do Partido Social Democrata não ter aprovado a construção do novo canil, referindo que a bancada não viabiliza rubricas, viabiliza todos os projetos na globalidade do orçamento. Disse não fazer mais comentários, procedendo à leitura da declaração de voto. _____

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para afirmar que a Câmara

Municipal antevendo o sentido de voto dos partidos, também saberá que o Bloco de Esquerda vai votar contra o Orçamento Municipal, não por causa do conteúdo do documento, sobre o qual o Bloco de Esquerda pode concordar com o reforço de trinta e três por cento das verbas para as freguesias e com a aquisição do autocarro, mas sim por uma questão de princípio. Disse que gostaria de discutir este Orçamento e as Opções do Plano que a Câmara decidiu apresentar para o ano de dois mil e vinte e um, mas não seria possível fazer essa discussão, com o debate sobre este assunto prestes a ser finalizado, depois do Estatuto da Oposição também ter sido claramente desrespeitado. Prosseguiu, afirmando que infelizmente, devido a época de incertezas que passamos, nunca sabemos quando poderemos viver diretamente uma situação relacionada com a covid-19. Disse que no final do mês de novembro, devido a um contato de risco que teve com um doente positivo, teve que ficar em isolamento do dia dezanove de novembro até dia dois de dezembro, ainda que o teste tenha dado negativo. Face a esta situação e depois da convocatória feita pelo Presidente da Câmara para participar na habitual reunião onde o Executivo apresenta o Orçamento, solicitou através de email ao senhor Presidente e a duas funcionárias da autarquia, todos no mesmo email, uma alternativa à sua participação presencial, inclusive com a apresentação dos códigos provisórios fornecidos pela autoridade de saúde para ter acesso à declaração provisória de isolamento, mas ainda hoje esperava resposta. Poderia ter arranjado um substituto. Mas nem isso foi motivo de email, parecendo completamente surreal uma autarquia do século XXI, inclusive e bem, com ecrãs públicos em alguns pontos da vila, o que pode traduzir-se numa aposta nas novas tecnologias, pensar em arranjar alguma desculpa como: Não temos condições para fazer isso. Só é necessário uma câmara, um microfone e um computador na sala onde a reunião se vai realizar. _____

_____O Bloco de Esquerda apresentou um conjunto de propostas, tal como costuma



fazer todos os anos, e foram enviadas ao Executivo e aos restantes partidos com assento nesta Assembleia Municipal. Algumas das propostas nem representariam uma grande verba: Muitas eram a criação de Plano Estratégicos, como na área do bem-estar animal, da habitação, da mobilidade para que os orçamentos não sejam só medidas avulsas e sim que representem um caminho a percorrer. Por tudo isto, e porque o Bloco sempre teve, durante os últimos três orçamentos uma posição construtiva e transparente, tendo inclusive votado a favor do orçamento para dois mil e dezanove, vai votar contra este Orçamento Municipal. _____

_____ *Cilene Gomes Lindinho* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para pedir esclarecimentos sobre o Centro de Acolhimento, questionando se já existe projeto, a que situações se destina, que valências vai ter, se vai haver candidatura. Relativamente à natalidade, informou que já existe uma proposta de Regulamento, que está a ser consensualizado e que brevemente chegará à Câmara Municipal. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para saber qual o ponto de situação da empreitada do Caminho do Peso, que tem tido sucessivamente dotação definida, e sobre esta empreitada a bancada do Partido Social Democrata nunca confrontou o Executivo Camarário sobre quais as razões de não ter sido feita, em que o único que questionou a falta de execução foi o Vereador António Óscar de Almeida e Paiva e também o membro da Assembleia Municipal Diego Enrique Rodrigues Garcia. Os eleitos do Partido Social Democrata têm por missão defender os interesses de todas as Freguesias e municípios. _____

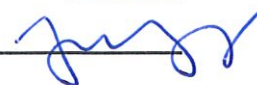
_____ *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para afirmar que o Vereador Óscar Paiva também pertence ao Partido Social Democrata. Prosseguiu, dizendo que é a primeira vez, em três anos, que um Presidente da Junta questiona a Câmara Municipal

sobre uma obra que ainda não está feita. Além de que se a bancada do Partido Social Democrata não questiona mais é porque não tem conhecimento e o partido tem sido coerente com as suas posições, votando contra os orçamentos, sendo que os mesmos foram viabilizados pela maioria do Partido Socialista, competindo aos eleitores tirar conclusões. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou, de novo, da palavra para afirmar que os Presidentes das Juntas de Freguesia têm dialogado permanentemente com a Câmara Municipal. Porventura poderia ter colocado na Assembleia Municipal este tipo de situações, mas a verdade é que o Partido Social Democrata também se poderia ter mostrado mais empenhado e interessado pelos problemas das Freguesias. _____

_____ Esgotado o período de intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para responder ao membro Manuel António e dizer que o voto contra da bancada do Partido Social Democrata já tem quatro anos e as razões são mais políticas do que outras. Falou das ETAR e das candidaturas abertas para referir que a Câmara Municipal não perdeu uma candidatura. Justificou alguns atrasos na realização de algumas empreitadas, devido a burocracias diversas e à necessidade de fazer a adequada gestão, nomeadamente ao nível das participações. Ao membro Diego Garcia disse que não se recordava do email, mas o membro poderia ter apresentado um substituto. Ao membro Cilene Lindinho deu a informação sobre o Centro de Acolhimento, que será para realizar na ex-Escola Primária de Vila Meã, para fazer face a situações de emergência, no âmbito da ocorrência de catástrofes como é o caso presente da COVID-19. Disse que face a um ofício emanado da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal ter sido colocada a hipótese de esse investimento ser feito no antigo Quartel, mas que não será



viável, face ao avultado investimento, ficando de ser estudada uma ocupação para o referido edifício. Relativamente à natalidade, a Câmara Municipal esperou que fosse apresentado um projeto de Regulamento. Quanto à Rua do Peso é um problema que vem desde o ano de dois mil e dezassete. O empreiteiro adjudicatário teve três obras em simultâneo e concluiu duas, deixando por fazer a Rua do Peso. A Câmara Municipal tentou fazer tudo para que o empreiteiro realizasse a obra, mas tal não aconteceu. O assunto foi resolvido na última reunião de Câmara Municipal, através da resolução do contrato.——

—— *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para agradecer ao membro Manuel Santos por ter dito que existem muitos projetos abertos. Questionou como é que sabe que o grau de execução do orçamento do ano de dois mil e vinte vai ser baixo. Pediu para lhe dizer, em concreto, qual o problema da Educação que não está previsto. Ao membro Diego Garcia disse ter tido conhecimento do email, admitiu poder ter havido alguma falha de comunicação, mas não era exequível o que tinha pedido.——

—— *Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Usou da palavra para dizer que a Estratégia Local de Habitação já foi enviada ao IRU, pediram correções e voltou-se a enviar. A Estratégia Local de Habitação foi feita em cooperação com os Presidentes das Juntas de Freguesia.——

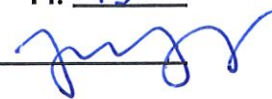
—— Nesta fase da sessão, compareceu o membro Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz.——

—— O Presidente da Assembleia Municipal colocou à Assembleia Municipal a possibilidade do membro Paulo Catalino poder entrar na sessão, na medida em que regimentalmente só é possível entrar na sessão até meia hora após ter começado, tendo esta decidido que teria de ser cumprido o regimento, pelo que o membro da Assembleia não pode ocupar o seu lugar na bancada do Partido Socialista.——

———*Manuel António Tavares Santos* – Usou de novo da palavra para interpelar a Câmara Municipal e o seu Presidente e afirmar que quando o mesmo se refere à escassez de recursos financeiros, apenas tem de dizer que foi o Partido Socialista que ganhou as eleições e se comprometeu a realizar obras e investimentos. Leu, de seguida, parte do manifesto eleitoral para ilustrar o que dissera, com especial enfoque para a atração de novos investimentos e com eles mais emprego, mais educação, mais natalidade e mais fixação de pessoas. Alguns investimentos demoraram significativamente a ser concretizados, como é o caso da aquisição do autocarro municipal. Quanto às rubricas abertas, parte delas não são feitas, pelo que não existe um rigor de escrita e de consonância entre a teoria e a prática. Prosseguiu, dizendo que no dia anterior, enquanto o Presidente da Câmara Municipal esteve e bem na assinatura do Protocolo de Gestão da Casa do Passal, o seu colega de Tondela estava a assinar um protocolo com um investidor para fixação de uma nova unidade produtiva e factos eram factos. Quanto à escassez de recursos financeiros afirmou que nem todas as Juntas de Freguesia comungavam dessa opinião, na medida em que existiam casos de isenção de pagamento de taxas sem critério, que abrangiam toda a população, pelo que essas Juntas não estariam assim tão preocupadas com a gestão de dinheiros públicos.———

———*Carlos Alexandre Pais Baptista* – Na sequência da intervenção do membro Manuel Santos, pediu para que este esclarecesse qual a Junta ou Juntas de Freguesia que vão isentar do pagamento de taxas.———

———*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para se referir aos manifestos eleitorais e afirmar que, se for procurar os do Partido Social Democrata de há uns anos atrás, quando foi governo local, irá encontrar muita coisa que não foi feita. O autocarro só foi comprado recentemente, porque existiram outras prioridades. Disse que não se queixa da falta de dinheiro, mas daquilo que nunca foi feito e que teve a ver com o aproveitamento



do tempo em que havia dinheiro com abundância e não se aproveitaram os fundos. Em termos de candidaturas, a Câmara Municipal tem aproveitado todas as possibilidades e a gestão feita foi no sentido de reduzir os encargos da Câmara Municipal, ainda que para isso seja necessário esperar um pouco mais pela aprovação das respetivas candidaturas.

——— *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para complementar a intervenção do Presidente da Câmara, afirmando que as rubricas abertas são sinal que há estratégia e visão de futuro, esperando que essa metodologia seja seguida pelos executivos vindouros. Além disso, as rubricas abertas e não realizadas não têm peso na execução orçamental. —————

——— *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para informar que o assunto da isenção foi publicitado e foi a Junta de Freguesia de Carregal do Sal que deliberou nesse sentido. Quanto aos manifestos eleitorais e às promessas havidas, o Partido Social Democrata pagou a respetiva fatura. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu a presidência à Primeira Secretária e deslocou-se para o púlpito para intervir, afirmando, desde logo, que a sua intenção era naquele local separar a sua qualidade de Presidente, de membro da Assembleia Municipal. Referiu-se ao orçamento, como um orçamento equilibrado, que cumpre as regras, ressaltando: o saldo ultrapassa os dois milhões de euros, o que significa que o dinheiro não foi gasto de qualquer maneira; o saldo é superior à dívida, tendo o município uma situação privilegiada; existe uma estratégia desenvolvimento assente em candidaturas aos fundos europeus; uma boa prática que é a transferência de receitas correntes para investimentos; pelo que felicitava o Executivo Camarário pela gestão criteriosa de dinheiros públicos e pelas boas práticas. —————

——— Pediu, ainda, mais explicações sobre outros investimentos, congratulando-se

com o apoio à Fundação José Nunes Martins, questionando se existem duas ciclovias ou se trata de um projeto só; se o FAM já acabou; que investimentos vão ser feitos pela AINTAR-em dois mil e vinte e um; e que requalificação vai ser feita no edifício do Mercado Municipal. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal retomou a presidência e deu a palavra à Câmara Municipal para responder. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para esclarecer as questões suscitadas, informando que existem dois projetos de ciclovia, independentes um do outro, um de ligação à Ecopista do Dão e as outras ciclovias projetadas. Outro projeto, com financiamento do Turismo de Portugal, de ligação de Carregal do Sal a Oliveirinha. O FAM continua em vigor. O edifício do Mercado Municipal vai ser transformado numa incubadora de empresas. A AINTAR vai arrancar com duas obras no ano de dois mil e vinte e um, sendo uma delas a ETAR de Cabriz, esperando que a de Parada também arranque em dois mil e vinte e um. O valor inscrito é a comparticipação da Câmara Municipal. _____

_____Findas as explicações, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: _____

_____Contra – 6 (seis) votos. _____

_____Abstenção – 0 (zero) votos; _____

_____A favor – 13 (treze) votos. _____

_____Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com seis votos contra dos membros Manuel António Tavares Santos, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, António Manuel Lopes Batista e Diego Enrique Rodrigues Garcia e treze



votos a votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) e a proposta do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e um, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto que é do seguinte teor: _____

_____“Declaração de Voto _____

_____A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente às Grandes Opções do Plano e Proposta do Orçamento para o ano de 2021, vota contra pelos factos seguintes: _____

_____ 1-Sempre encontrámos um documento acabado, onde quer os vereadores quer os membros da Assembleia foram confrontados com a seguinte postura, "se apresentarem alguma proposta terão que dizer o que vão tirar". _____

_____ 2-Tratam-se de dois documentos muito similares aos anteriormente apresentados, os quais tiveram um grau de execução muito baixo, com claro prejuízo para os munícipes, parecendo um orçamento de intenções, onde se encontram muitas rubricas abertas, mas que sabemos não serão complementadas, na maior parte, com o respetivo financiamento, como tem acontecido nos anteriores Orçamentos. _____

_____3- São documentos que não dotam o Orçamento de meios financeiros necessários para dar resposta a diversos problemas que estão a paralisar o Concelho, comprometendo assim empregos, empresas, educação, saúde, bem como a atividade cultural dos nossos munícipes. _____

_____4- São documentos, que não cumprem o Programa com que o PS se apresentou aos munícipes, por exemplo, construção das Etars, Casa do Passal, bem como a atração

de novos Investimentos para o Concelho, que é algo que se vê noutros concelhos vizinhos.

— 5- São documentos cuja execução e responsabilidade, cabem em exclusivo ao Executivo, levando a que o PSD não se reveja no mesmo. —

— Carregal do Sal 18 de Dezembro de 2020.” —

— 3.2. **MAPA DE PESSOAL** —

— MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2021. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta do Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte e um. —

— *Vice-Presidente da Câmara* – O Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, com o recurso a um trabalho previamente preparado. —

— *Presidente da Assembleia Municipal* – O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia. Não houve inscrições para uso da palavra. –

— De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. —

— Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte e um, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. - —

— 3.3. **DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL** —

— MANUTENÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 2 E 3 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL



E DO PARECER DAS FREGUESIAS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Manutenção das Competências no Município, nos termos do disposto nos números dois e três do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – O Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, usou da palavra para apresentar este ponto, tendo dado as explicações tidas por adequadas à sua boa compreensão, evidenciando as reuniões havidas, de preparação com as Freguesias, no âmbito da não aceitação da transferência de competências e da manutenção dos acordos de execução em vigor, pelas razões que tiveram, oportunidade de plasmar nos documentos rececionados. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Usou da palavra para, em complemento da intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal, justificar a posição das Freguesias e dos seus órgãos executivos e deliberativos, no que diz respeito à não aceitação da transferência de competências, no ano de dois mil e vinte e um, nos termos das respetivas disposições do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril e a manutenção dos Acordos de Execução, que faz parte do ponto seguinte. Evidenciou que a razão principal da não aceitação da transferência de competências tem a ver com a falta de recursos por parte das Freguesias, inexistindo, à data, as condições estritamente exigíveis para receber essas mesmas competências. _____

_____Findas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____



— Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta de manutenção no Município, no ano de dois mil e vinte e um, de todas as competências referidas no número um do artigo segundo e conforme números três e quatro do mesmo artigo do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril, face à consensualização havida com todas as Juntas de Freguesia, secundada com a emissão dos respetivos pareceres negativos à transferência de competências, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.

— 3.4. **ACORDOS DE EXECUÇÃO** —

— DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS. MANUTENÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO COM A ATUALIZAÇÃO DOS MONTANTES A TRANSFERIR. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Manutenção dos Acordos de Execução, nos termos das respetivas disposições do regime jurídico das autarquias locais, do disposto no Decreto-Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto e Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril.

— *Vice-Presidente da Câmara* – O Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, usou da palavra para reafirmar o que tinha dito a propósito do ponto anterior. —

— O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. —

— De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. —

— Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do



anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta de Manutenção dos Acordos de Execução em vigor, até ao fim do presente mandato, atualizado nos respetivos valores, com fundamento nas respetivas disposições do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, do disposto na Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto e do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril, após consensualização com todos as Juntas de Freguesia, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. ———

——— *Presidente da Assembleia Municipal* – O Presidente da Assembleia Municipal colocou em aprovação a possibilidade de dar continuidade à sessão, por mais uma hora e meia, nos termos regimentais, tendo sido aprovado por unanimidade. ———

——— 3.5. **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS** ———

——— **FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO CIMI. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** ———

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis. ———

——— *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – O Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior, remetendo esclarecimentos para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída. ———

——— O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do



dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____ De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à fixação das taxas do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, nos seguintes termos: _____

_____ a) Fixação da taxa da alínea c) do número um do artigo centésimo décimo segundo do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, em zero vírgula três por cento (no intervalo de zero vírgula três a zero vírgula quarenta e cinco por cento); _____

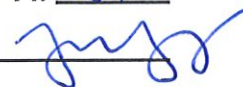
_____ b) Minoração em dez por cento a percentagem estabelecida, na área territorial do município, como medida de combate à desertificação, nos termos do número seis do artigo atrás citado; _____

_____ c) Redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo com dependentes a cargo, nos termos do artigo centésimo décimo segundo traço A do CIMI nos seguintes termos: um dependente – vinte euros; dois dependentes – quarenta euros; três ou mais dependentes – setenta euros, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ 3.6. **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS** _____

_____ PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. DEFINIÇÃO DA PERCENTAGEM A QUE ALUDE O ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de definição da participação variável no IRS –



Definição da percentagem a que alude o artigo vigésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – O Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____ De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à definição e fixação da percentagem de 5% (cinco por cento) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo septuagésimo oitavo do Código do IRS, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ 3.7. **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM** _____

_____ FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), NOS TERMOS DA LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para



apresentar este ponto referente à proposta de proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), nos termos da Lei número cinco barra dois mil e quatro, de dez de fevereiro. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal*– O Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____ De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à fixação da percentagem de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), da taxa municipal de direitos de passagem, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **3.8. ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO** _____

_____ EMPREITADAS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta e pedido de autorização sobre os encargos orçamentais em mais de um ano económico. _____



———*Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída. —————

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. —————

———De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. —————

———Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta e pedido de autorização apresentados pela Câmara Municipal, referentes aos encargos orçamentais em mais de um ano económico, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

———**3.9. ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIAS DE TRIBUTOS PRÓPRIOS**———

———ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Isenções/reduções em matérias de Tributos Próprios. —————

———*Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era idêntica à do ano anterior,

remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____ De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente às isenções/reduções em matéria de tributos próprios para vigorar no ano de dois mil e dezanove, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

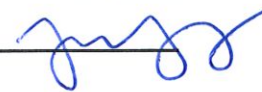
_____ 3.10. **ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA** _____

_____ PRORROGAÇÃO DOS INCENTIVOS MUNICIPAIS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Prorrogação dos Incentivos Municipais em Áreas de Reabilitação Urbana. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – O Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal era no sentido de manter os incentivos municipais em vigor, para além de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, ou seja, a sua aplicação deveria permanecer durante o período de vigência das ARU – Áreas de Reabilitação Urbana. Remeteu esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do



dia. _____

_____ *Cilene Gomes Lindinho* – Usou da palavra para solicitar a relação dos munícipes que beneficiaram dos incentivos das áreas de reabilitação urbana. _____

_____ De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____ Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de Prorrogação dos Incentivos Municipais em Áreas de Reabilitação Urbana, coincidindo com a validade das respetivas Áreas de Reabilitação Urbana, incentivos esses a seguir discriminados, cuja documentação que vai ser arquivada em pasta própria: _____

_____ **A – Procedimentos** _____

_____ 1 – Atendimento personalizado a proprietários para encaminhamento e apoio às candidaturas. _____

_____ 2 - Agilização dos processos e procedimentos, nomeadamente simplificação burocrática e maior celeridade na apreciação dos projetos. _____

_____ 3 – Promoção e apoio na candidatura/aplicação de apoios comunitários do Portugal 2020 e à criação de fundos de desenvolvimento urbano. _____

_____ **B – Reduções** _____

_____ 4 – Redução de 50% (cinquenta por cento) das taxas previstas referentes à comparticipação na realização, manutenção e reforço das infraestruturas gerais. _____

_____ **C – Isenções** _____

_____ 5 – Isenção de apresentação de projetos de ocupação de espaço público e

isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público durante as obras de conservação. _____

_____6 – Isenção de taxa de licenciamento/admissão de comunicação prévia da execução de operações urbanísticas. _____

_____7 – Isenção de taxas devidas pela realização de vistorias, exceto as devidas pelas inspeções a ascensores. _____

_____8 – Isenção de taxas devidas pela autorização de utilização, exceto estabelecimentos de restauração e ou bebidas com ou sem espaço de dança. _____

_____ **D – Comparticipações** _____

_____9 – Comparticipação de €100 (cem euros) mensais de subsídio de renda pelo prazo máximo de 6 (seis) meses e por fração que comprovadamente necessite, pela natureza das obras a realizar no prédio, de realojamento temporário. _____

_____10 – Comparticipação financeira adicional de 20 % (vinte por cento) na parte não apoiada nas candidaturas ao Programa Porta 65 (a instruir de acordo com a alínea a) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 43/2010 de 30 de abril, (www.portaldahabitacao.pt/pt/porta65j/index.html), em imóveis que tenham sido intervencionados no âmbito do processo de regeneração urbana. _____

_____11 – Comparticipação de €2500 (dois mil e quinhentos euros) em materiais de construção a pessoas residentes no concelho que comprovadamente não sejam possuidoras de habitação própria e permanente e que adquiram um imóvel para regeneração dentro das áreas de reabilitação urbana, que comprovadamente se destine a esse fim (habitação própria e permanente). _____

_____ 12 – Comparticipação de €2500 (dois mil e quinhentos euros) em materiais de construção a pessoas não residentes no concelho que adquiram um imóvel para regeneração dentro das áreas de reabilitação urbana, e que comprovadamente se destine



a habitação própria e permanente. _____

_____4. **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES**_____

_____4.1. ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO._____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta ao Acordo de Financiamento entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Passageiros._____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – O Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal tinha sido a que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões tinha enviado, cuja documentação tinha sido distribuída, tendo remetido esclarecimentos adicionais para o conteúdo dessa documentação. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a

Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, referente ao Acordo de Financiamento entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Passageiros, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____4.2. PROPOSTA DE CRITÉRIO DE RATEIO DA DÍVIDA ORÇAMENTAL DA CIM VISEU DÃO LAFÕES, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 54.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à proposta de Critério de rateio da Dívida Orçamental da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, nos termos da alínea b) do número um do artigo quinquagésimo quarto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta, aprovada em reunião da Câmara Municipal, tinha sido a que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões tinha enviado, cuja documentação tinha sido distribuída, tendo remetido esclarecimentos adicionais para o conteúdo dessa documentação. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do



anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, referente ao Critério de Rateio da Dívida Orçamental da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, nos termos da alínea b) do número um do artigo quinquagésimo quarto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **5. INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – IP PATRIMÓNIO** _____

_____ VARIANTE NORTE CARREGAL DO SAL. MINUTA DE CONTRATO DE SUBCONCESSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à minuta do Contrato a celebrar entre a Infraestruturas de Portugal – IP Património e o Município de Carregal do sal, referente à Variante Norte Carregal do Sal. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo que a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal tinha sido a que a Infraestruturas de Portugal tinha enviado e que tinha a ver com a cedência do traçado da antigo Troço da Linha da Beira Alta, cuja documentação tinha sido distribuída, tendo remetido esclarecimentos adicionais para o conteúdo desta documentação. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado inscrições para o uso da palavra. _____

_____ De seguida, colocou em votação este ponto, tendo-se obtido o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

—————Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a minuta do Contrato a celebrar entre a Infraestruturas de Portugal – IP Património e o Município de Carregal do Sal, referente à Variante Norte Carregal do Sal, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

—————6. **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**—————

—————RELATÓRIO SEMESTRAL PRESTADO PELO AUDITOR EXTERNO, RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, SOBRE A RESPECTIVA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA. APRECIÇÃO. —————

—————O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente ao Relatório Semestral prestado pelo Auditor Externo, responsável pela Certificação Legal de Contas, sobre a respetiva situação económica e financeira. —————

—————*Presidente da Câmara Municipal* – O Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia, referindo tratar-se de um assunto que formal e legalmente deverá ser presente à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos da documentação que tinha sido distribuída. —————

—————O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia, não se tendo registado quaisquer inscrições para o uso da palavra. —————

—————A Assembleia Municipal apreciou este ponto da ordem do dia, referente ao Relatório Semestral prestado pelo Auditor Externo, responsável pela Certificação Legal de Contas, sobre a Situação Económica e Financeira do Município, nos termos da documentação apresentada que vai ser arquivada em pasta própria. —————

—————7. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**—————



—————ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.—————

—————O Presidente da Assembleia declarou aberto o período destinado à intervenção do público, aceitando inscrições.—————

—————Inscreveu-se para usar da palavra o munícipe João Paulo Monteiro Correia. ———

—————*João Paulo Monteiro Correia* – Apresentou cumprimentos. Informou que a razão da sua intervenção tem a ver com os dados COVID-19 do concelho de Carregal do Sal e o cálculo da respetiva taxa de incidência, que tem acompanhado diariamente, na medida em que a população estimada do concelho é de nove mil, duzentos e oitenta e um habitantes e as contas não são feitas em função desta população, não existindo uniformidade, pois a taxa de incidência não tem sido feita com o mesmo número da população, sugerindo que deste assunto possa ser feito o pedido de esclarecimento junto das entidades competentes. —————

—————Prosseguiu a sua intervenção para recordar o Arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles.—

—————Terminou expressando Boas Festas.—————

—————*Carlos Manuel Bento Ribeiro* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para se referir aos triângulos existentes na ex-Estrada Nacional duzentos e trinta e quatro com a Avenida Pina Ferraz, referindo que já tinha feito intervenção idêntica numa reunião pública da Câmara Municipal e o vinha fazer de novo, de forma a dar visibilidade ao assunto. —————

—————Terminou expressando votos de Santo Natal e de Boas Festas.—————

—————*Presidente da Assembleia Municipal* – O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder.—————

—————*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para registar as questões suscitadas, dando as explicações adequadas, nomeadamente no que diz respeito ao

acesso dos dados COVID-19 e também ao assunto da sinalização na ex-Estrada Nacional duzentos e trinta e quatro/Avenida Pina Ferraz. _____

_____ Terminou com o desejo de um Bom Natal e o melhor possível para o ano de dois mil e vinte e um, esperando que nos traga uma situação de cura. _____

_____ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, pediu às Secretárias para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos três (três ponto um a três ponto dez), quatro, cinco e seis da ordem do dia. _____

_____ Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se constituída por dezanove membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, José Figueiredo Castanheira, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Miguel Borges Mamede, Cilene Gomes Lindinho, Manuel António Tavares Santos, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António José Rodrigues dos Santos, António Sousa Borges e Ilda da Assunção Rodrigues Martinho Cordeiro. _____

_____ Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. _____

_____ **ENCERRAMENTO.** _____

_____ Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal expressou votos de Feliz Natal e de um Ano Novo dentro do possível, tendo dado por encerrada a sessão



CARREGAL DO SAL

Livro 14

Fl. 140

quando eram dezanove horas. _____

_____E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. _____

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Jorge Morgado Gomes

A Primeira Secretária,

Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Segunda Secretária,

Isabel Clara Amaral Teixeira

